



Em reunião de 27/04/2023

Com: maioria (3 abst: 2 PSD 1 CDU)

-----votos a favor-----

-----votos contra-----

-----abstenção-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2022

I – ABERTURA -----

----- Ao dia vinte e oito do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e quinze minutos reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, na freguesia de Aveiras de Cima, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 10 de setembro a 07 de dezembro de 2022 -----

----- Ponto 2 – Orçamento e Grandes Opções de Plano ----- P 105/P/2022

----- Ponto 3 – Autorização Genérica para a Assunção de compromissos Plurianuais no âmbito da Apresentação de Proposta de Orçamento para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027 -----

----- P 106/P/2022

----- Ponto 4 – DCTA/08/2022 – Restaurante do Pátio do Valverde – autorização de obras e prorrogação do prazo para abertura ao público ----- P 110/P/2022

----- Ponto 5 – Votação do Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica 2050 ----- P 55/P/2022

II – PRESENÇAS -----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- Presidente – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos -----

----- Primeiro Secretário – Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição -----

----- Segunda Secretária – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores Alexandre José Gomes Grazina, António José da Fonseca Nobre, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Ferro Teixeira em substituição de Gustavo Bruno Borda de Água, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes, Cláudio André Serrano Horta Salema, David José Pinto Mendes, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Firmino Miguel Santos Amendoeira, Francisco António Galvão Morgado, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino



Colaço Correia, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Maria João Martins Canilho de Sousa, Maria Manuela Leandro dos Santos Firmino em substituição de Nelson Caetano Rodrigues, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Sérgio Paulo de Sousa Alexandre e Tiago João de Freitas Santos em substituição de Helena Maria Amorim Maciel. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----

----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vice-Presidente** – António José Mateus de Matos -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho -----

----- Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- Ana Margarida Ferreira Lima de Oliveira Lopes -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Maria Inês da Graça Louro -----

----- Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi verificada a existência de quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia informou de que, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o Senhor Deputado **Gustavo Bruno Borda de Água**, foi substituído por, **Carlos Alberto Ferro Teixeira**, substituto legal por si designado. -----

----- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitou a sua substituição, nesta Sessão, a Senhora Deputada **Helena Maria Amorim Maciel**, representante do CDS na coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM sendo substituída pelo Senhor Deputado **Vasco Luís de Lima Correia e Albergaria Crespo**, representante da mesma coligação na lista admitida, o Senhor Deputado **Vasco Luís de Lima Correia e Albergaria Crespo**, representante do CDS na coligação PPD/PSD.CDS-PP.MPT.PPM sendo substituído pelo Senhor Deputado **Tiago João de Freitas Santos**, representante da mesma coligação na lista admitida e o Senhor Deputado **Nelson Caetano Rodrigues**, representante do PSD na coligação PPD/PSD.CDS-



PP.MPT.PPM sendo substituído pela Senhora Deputada **Maria Manuela Leandro dos Santos Firmino**, representante da mesma coligação na lista admitida. -----

----- A Senhora Presidente deu início à reunião, cumprimentou os presentes e o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia. -----

IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----

----- Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foram lembradas as normais aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção nesta sessão, conforme descrito em Edital, tendo a assembleia recebido um pedido de intervenção. -----

----- O Senhor Carlos Brito começou por desejar uma continuação de boas festas a todos. Mencionou que a estrada que vai da última rotunda do Vale Brejo e passa pelas Amarelas, está em péssimo estado. Já se deparou com um acidente grave no local, porque existem buracos grandes e os carros desviam-se de um lado e vêm outros em sentido contrário, originando acidentes, e pediu ao executivo da câmara, que desse uma volta pela referida estrada. Sempre foi uma estrada complicada, e estando cheia de buracos está a ficar grave e solicitou que pelo menos tapassem aqueles buracos que estão abertos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, referiu que é intenção do executivo arranjar a estrada no ano de 2023. Há um conjunto de infraestruturas rodoviárias que estão a necessitar de uma intervenção, mais do que tapar buracos, também uma intervenção de pavimentação, e essa estrada é uma das que irá ser objeto. Tem um custo aproximadamente de um milhão de euros, portanto, no decorrer do ano de 2023 a mesma será intervencionada. -----

V – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

----- Informou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que de acordo com o n.º 9 do art.º 44º do Regimento da Assembleia Municipal, nesta sessão destinada à discussão do Orçamento e Opções do Plano, não existiria período de “Antes da Ordem do Dia”, contudo, tendo sido colocado à votação e aprovado por unanimidade, foi deliberado realizar esse período. -----

----- **ATAS** -----

----- Foi informado de que tendo sido distribuídas aos senhores deputados da assembleia as atas relativas às sessões dos dias 28 de abril, 29 de junho e 29 de setembro de 2022, passar-se-ia à sua votação. -----

----- Colocadas à votação, foram obtidos os seguintes resultados: -----

----- **Ata de 28 de abril de 2022** – Foi aprovada. -----

----- **Ata de 29 de junho de 2022** – Foi aprovada. -----

----- **Ata de 29 de setembro de 2022** – Foi aprovada. -----

----- **Moção Grupo CDU – Pela Defesa do Direito à Saúde** -----

----- O Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, começou por dizer que é conhecido de todos o problema de saúde do concelho e que é um assunto melindroso, porque tem sido não só um período temporal bastante longo de maturação, mas maturação no sentido de que o Serviço Nacional de Saúde tem sido cada vez mais dificuldades, em cumprir a sua missão no concelho de Azambuja. Fundamentalmente a carência de profissionais, porque os profissionais que existiam vão abandonando a sua função e não são substituídos, ou se são substituídos, são de forma precária e o que sucede é que na realidade nesta degradação, que tem vindo desde 2008, um dos primeiros sintomas, foi o encerramento do serviço de atendimento permanente no centro de saúde de Azambuja. Relembrou as manifestações que ocorreram no passado mês de outubro, quer junto ao centro de saúde de Azambuja, quer junto às extensões de Aveiras de Cima e de Alcoentre, e expôs que têm de dar uma explicação às pessoas que se dignaram a aparecer, preocupadas com o assunto, porém continuam a ver uma contínua degradação. Não há resposta para as pessoas, e ainda há pouco ouviram o senhor ministro da saúde ser interrogado por um jornalista, tendo as respostas sido as do costume, não há resposta para a situação, o que é completamente inaceitável, porque a população do concelho tem uma estrutura muito idêntica àquela que o país tem, uma estrutura envelhecida, e os cuidados de saúde são mais necessários numa população que já atingiu um limite de idade, onde os problemas de saúde ocorrem, e as respostas não existem ou são manifestamente insuficientes. Contudo, a CDU não se podia manifestar insensível a esta matéria ignorando as pessoas que ousaram participar e que constituem movimentos nesse sentido, de virem reclamar junto das instituições que, entretanto, os apoiavam e deixaram de apoiar. Não é um problema exclusivamente partidário, pois

a doença não escolhe partidos, portanto, é a interrogação que se coloca e já veio ao concelho a anterior titular da pasta, e pelos vistos também não se teve nenhum reflexo da sua visita. Vão dizer que é uma medida estrutural, e é verdade, é uma medida estrutural, porque a queda também tem sido estrutural, e desde 2008 para a frente passaram vários governos na república que tinham diretamente responsabilidades em resolver o assunto. Referiu que a população não pode estar abandonada, e que podem ter também alguns problemas de incidência de responsabilidade do estado, porque está a abandonar os seus cidadãos, cortando o acesso à sua saúde. É responsabilidade do estado e é uma responsabilidade que até pode ser exercida jurisdicionalmente, responsabilizando os órgãos que não tiveram ou não tomaram, as atitudes ou as decisões que deviam ter tomado, para proporcionar às pessoas o direito constitucional que elas têm à saúde. Percebe que o município não tem responsabilidade na matéria, mas tem responsabilidades político partidárias, e o senhor presidente da câmara há de com certeza, enfrentar cara a cara o senhor primeiro-ministro e dizer-lhe que a situação não pode continuar assim. O sistema como está não responde e tem de ser obrigatoriamente melhorado, daí a razão de apresentarem a moção, para ser submetida à apreciação dos senhores membros da assembleia e votada obviamente. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, afirmando que a bancada do partido CHEGA não iria votar contra, porque estão a falar em saúde e municípes. Na moção diz “Nos últimos anos, por iniciativa dos sucessivos governos PS, PSD e CDS”, porém falta qualquer coisa que toda gente se esqueceu, que é onde ficou a CDU e o BE, que andaram na gerigonça, tendo hipótese de mexer nisso e nada fizeram. Afirmou que não podiam chegar e acusar os outros. Concordam com a moção, mas não concordam em empurrar a culpa para cima dos outros. Precisam da ajuda do senhor presidente da câmara, como precisam na área da saúde, em que todos têm responsabilidades e pediu que se tente minimizar a situação que existe. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Pires do grupo PSD, disse terem recebido a moção, para saudar e exigir em abstrato, mas que não passa de uma posição simbólica. Também refere que os governos do PS, PSD e CDS degradaram a saúde, mas esqueceram-se que o governo do PS foi apoiado pela CDU e pelo BE, mas não reverteram, tirando as PPP na área da saúde, não reverteram aquilo que o PSD e o CDS supostamente escangalharam. É claro que apoiam todas as manifestações de cidadãos livres, independentes, sem tutela partidária, tão claro como a moção ser uma tentativa de

partidarização e captura desses movimentos, como aliás está escrito, deve ter sido alguma gralha gráfica, que é “Saudar as Comissão de Utentes”, existe uma Comissão de Utentes e existe uma Comissão de Movimento Cívico de Utentes, são dois movimentos distintos. O que gostava que toda a gente parasse um bocado para pensar era o seguinte, quais são as verdadeiras razões dos médicos não ficarem no concelho, tirando os utentes da equação, será que se possui ambiente e condições laborais para eles, será que existem outras valências no concelho, que não seja estar só a trinta minutos de Lisboa, existe habitação para compra e arrendamento, há oferta educativa para os filhos desses médicos que queiram vir, é isto é que se deve pensar. Claro que pedimos ao senhor presidente da câmara que evidencie todos os esforços, para resolver esta situação o mais depressa possível. ---

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, referiu que não era autor da moção, nem iria manifestar a sua opinião sobre a ação da mesma e disse que uma coisa que os senhores tinham de perceber, é que o BE nunca esteve no governo. Assumem toda a responsabilidade que têm, enquanto apoiantes de um partido que deu apoio a um determinado governo, que não correu bem e que quando chegou a hora disseram basta. Não vale a pena continuarem com a lengalenga de que a responsabilidade é igual para todos, porque não é. Há de facto dois partidos que têm a grande quota de responsabilidade e há um, que em tempos se chamou a bengala, sendo por isso que está lá metido, porque assumiu cargos políticos no governo, porque teve ministros, secretários de estado e até algumas vezes nestas áreas. Confundir isso tudo é não perceber o que é que se passou no país nos últimos quarenta e cinco anos. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Cláudia Gomes do grupo PS, mencionando que perante a moção e por aquilo que foi dito pelo senhor deputado, a bancada do PS está completamente de acordo, estão totalmente de acordo com a preocupação da situação e farão como sempre fizeram, estarem em defesa dos munícipes, porém não concordam com o que está escrito na moção. Não está correto. De seguida leu o texto, que se transcreve:” Nos últimos anos, nomeadamente desde 2015, tem existido um grande investimento no Serviço Nacional de Saúde, 4 423 milhões de euros, invertendo a tendência que se verificava de desinvestimento no SNS, de forma a garantir uma capacidade de resposta efetiva aos cidadãos. Após o período de maior enfoque da pandemia, deu-se início a uma fase de recuperação da atividade assistencial, com as consultas hospitalares e as intervenções cirúrgicas programadas a atingirem o valor mais alto dos últimos anos. No entanto, as consultas

médicas presenciais realizadas nos cuidados de saúde primários não atingem ainda o volume de atividade pré-pandemia. E é precisamente ao nível dos cuidados de saúde primários, que o concelho de Azambuja se encontra numa situação crítica e que se tem vindo a agravar, tal como na generalidade da região de Lisboa e Vale do Tejo. Desde o encerramento dos Serviços de Atendimento Complementar de Azambuja, à falta de médicos de família no UCSP Azambuja e em todos os seus polos – Alcoentre, Aveiras de Cima e Manique do Intendente, o que encontramos hoje é um concelho que sofreu com sucessivas aposentações dos médicos existentes, assim como pedidos de mobilidade, fazendo com que cerca de 88% da população – 16 600 utentes – não tenham médico de família, limitando o seu acesso aos cuidados de saúde primários. É assim fundamental, dar continuidade ao envolvimento de todos – cidadãos, órgãos autárquicos, e Deputada à Assembleia da República, para dar seguimento à reivindicação por melhores cuidados de saúde. O executivo da Câmara Municipal de Azambuja, tem envidado esforços para ser parte da solução, onde para além das inúmeras reuniões junto das Instituições competentes, ACES, ARS e da própria Ministra da Saúde, assim como no apoio à Comissão de Utentes, elaborou um Regulamento de Apoio à fixação de médicos no concelho.”, e referiu que podia servir como declaração de voto. -----

----- A Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, disse que o que queriam dizer, como direito de resposta que lhes cabe, é que o PCP nunca esteve no governo, o PCP apoiou parlamentarmente para impedir que se vivesse uma das piores épocas, ou melhor, para impedir que se continuasse a viver uma das piores épocas. Com o desaparecimento de feriados, desaparecimento de subsídio de férias, desaparecimento de subsídio de natal e depois falam da valorização das carreiras dos trabalhadores e da valorização dos direitos dos trabalhadores, portanto, queria também salientar essa hipocrisia. Salientou também outra hipocrisia, que é metade do orçamento do PS para a saúde vai para os privados, não vai para o investimento público na saúde, portanto, o que apelam na moção é a defesa da saúde como um bem público, como um bem a que todos cabe o acesso e não como um bem privado, como tem sido. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, agradeceu ao senhor presidente da junta de freguesia de Aveiras de Cima, pelas condições criadas para a reunião. A CDU nunca fez parte do governo, mas esteve sentado na Assembleia da República a levantar a mão, juntamente com todos os que criaram condições para que sucedesse, portanto, não vale a pena andarem com manobras,

de teve no governo ou não. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, expondo que está um processo de desmistificação em curso e que nunca houve geringonça. Afinal os orçamentos nunca foram aprovados na Assembleia da República pelo PCP e BE, e entraram imensas moções e contestações ao estado da saúde. Se o governo do PSD deixou a saúde em mau estado, a geringonça não o consertou, se o deixou em bom estado, a geringonça estragou-o. Depois, a senhora deputada do PS diz que houve um enorme investimento no Serviço Nacional de Saúde, e o que houve foi um enorme investimento orçamentado, mas depois houve as cativações e o dinheiro não chegou lá, foi por isso que se chegou a essa situação. Também chegou a essa situação porque nenhum ministro de educação, nos últimos trinta ou quarenta anos, se confrontou com a ordem dos médicos, porque para entrar em medicina é preciso dezoito e meio, e por isso não há médicos. Após fazerem um curso de seis anos, têm muito pouco para lhes oferecer, e irá acontecer ao ensino o mesmo que está a acontecer com a saúde. Questionou se não se consegue ter o trabalho de previsão, de quando vai haver aposentações. Depois pede o envolvimento de todos os cidadãos, e todos estão envolvidos. Referiu que as coisas, provavelmente, se resolvem se não houver complexos ideológicos, porque parece que para alguns a pureza e os dogmatismos ideológicos são mais importantes do que resolver os problemas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, dizendo que acha interessante a crítica que é feita à moção apresentada, no sentido de a CDU ter responsabilidades, porém não conhece nenhum ministro da saúde nem nenhum secretário de estado da CDU. É verdade que houve a chamada geringonça, um acordo político da Assembleia da República, que sabe que incomodou muito o PSD e CDS na altura, mas também não podem esquecer, que na verdade a CDU não era a força maioritária, fazia as suas propostas, mas não decidia, não teve lá a sua responsabilidade. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, mencionou que se o senhor deputado José Navarro quer dizer que a esquerda, por cegueira ideológica quer defender o Serviço Nacional de Saúde para todos em condições, então será cego ideologicamente. Os senhores que não têm ideologias, que tem sido sempre a mesma, tirar aos pequenos para dar aos grandes. Por isso aceita que será um cego ideologicamente a defender o Serviço Nacional de Saúde como deve ser, e o senhor não aceita a sua cegueira ideológica, só a defender o privado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, disse ser uma discussão interessante e atual, a questão da saúde. Não querendo entrar em partidarismos nem opções ideológicas relativamente à saúde, porque a saúde precisa é de saúde e pessoas que se interessem por ela, disse que queria dar uma informação. Teriam tido uma boa notícia, um bocado em *off*, porque não tinha conseguido falar com o senhor Luís Pisco, presidente da ARS (Administração Regional de Saúde), mas tinha sido dado o conhecimento que o centro de saúde de Alcoentre já tem o orçamento aprovado para a sua reconstrução, na sua totalidade. A opção que estão a evidenciar é que os utentes de Alcoentre, passem para Manique de Intendente. Irão arranjar um esquema de transporte, para fazer o transporte dos utentes de Alcoentre, conforme é agora ao contrário. Afirmou ser uma boa notícia, porque finalmente a ARS (Administração Regional de Saúde) e o Estado assumiram a responsabilidade que têm nesse setor. Foi referido para falar com o senhor primeiro-ministro, e há outras hierarquias de poder que podem chegar para falar da matéria, portanto, já falou com o seu presidente de federação em relação a isso e pediram uma reunião ao novo ministro da saúde, para lhe explicarem conforme está o estado da saúde no concelho de Azambuja. Informou que há mais uma médica no concelho, e estão a trabalhar junto das universidades, para ver se conseguem trazer mais médicos novos e oferecer-lhes as condições que têm e outras, que são para vir a desenvolver. -

----- Foi a mesma colocada à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 16 (8 PS e 8 PSD) | Abstenção: 4 PS | Favor: 8 (5 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- A Moção foi rejeitada. -----

----- **Recomendação – Implementação de um estudo de uma Rede Municipal de Ciclovias, que interligue as Freguesias do Concelho de Azambuja, no âmbito das futuras empreitadas de reabilitação das estradas municipais** -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azambuja, André Salema do grupo PS, agradeceu ao presidente da junta de freguesia de Aveiras de Cima, ter criado condições fantásticas para a realização da assembleia municipal. A recomendação é uma coisa muito simples, é pedir à câmara municipal de Azambuja que possa implementar um estudo de uma rede municipal de ciclovias, que interligue as freguesias do concelho de Azambuja, no âmbito das futuras empreitadas de reabilitação das estradas municipais. Quando vinha no caminho, ouviu o senhor presidente da câmara responder a um munícipe, a dizer que vai haver investimento importante da câmara municipal no que diz

respeito à reabilitação das vias municipais. Os presidentes de junta acham que seria importante no futuro, equacionar nessas requalificações, obviamente sabem que essas requalificações não serão feitas todas ao mesmo tempo, será de forma gradual, mas que se pudesse eventualmente fazer já um estudo, uma estratégia a longo prazo daquilo que a câmara pretende fazer e eventualmente colocar em prática aquilo que é a recomendação. Sentem que para além de ser bom para a saúde, obviamente, a ciclovia também será importante no futuro para a mobilidade no concelho de Azambuja. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, expondo que da parte da CDU entendem que é uma iniciativa louvável, mas que tem o problema de se ter uma rede viária municipal com uma metragem antiga, e vai exigir com certeza, não só um estrito planeamento por parte da câmara, como também um investimento pesado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, disse que com certeza que sim, para regozijar com a proposta dos senhores presidentes de junta, que só peca por tardia, portanto, com certeza que irão ter em consideração essa nuance. É um assunto que vão debater com os técnicos municipais e depois darão nota aos senhores presidentes de junta. É um projeto para longo prazo, no qual já deram os primeiros passos com a ligação da estrada das Virtudes à Azambuja, portanto, está dado o exemplo que pode ser replicado onde for possível. -----

----- Foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 1 PS | Favor: 27 (11 PS, 8 PSD, 5 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- Aprovada por Maioria. -----

----- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, referiu que usualmente na altura do ano em que se encontram, fazem uma reflexão, quer a nível pessoal quer a nível profissional. As observações, são apenas críticas construtivas, que deseja que sirvam para uma reflexão e para uma mudança de práticas. Na assembleia extraordinária ocorrida no dia dezassete de outubro, em que se debateu o estado do município, o partido CHEGA colocou ao senhor presidente da câmara algumas questões, umas foram respondidas, outras não, o que acham compreensível, pois nem sempre é fácil registar sozinho toda a informação e dar-lhe resposta. Decidiram enviar um e-mail à senhora presidente da assembleia no dia vinte e cinco de outubro, com as perguntas para as quais não tinham



obtido resposta. Passaram mais de dois meses e continuam sem chegar as respostas, o e-mail não foi devolvido e o prazo para a resposta já passou. Tomaram a liberdade de imprimir o e-mail e entregar hoje em mão. A próxima questão é, na assembleia extraordinária ocorrida no passado dia nove de dezembro, falou-se em reconhecimento de interesse público municipal, lembraram o senhor presidente da urgência em ter um regulamento. O senhor presidente garantiu que no final do presente ano teriam o regulamento, porém, estão na última assembleia do ano e questionou onde está o regulamento. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Tiago Santos do grupo PSD, expondo que a sua intervenção se prende com uma questão ao executivo, relativo às obras na estrada principal na vila de Azambuja. Têm visto nas últimas assembleias a congratulação relativa ao primeiro ano de mandato e de obras que foram feitas ou iniciadas, porém, neste caso estão perante uma situação que se arrasta há um ano, e a resposta sobre o estado da mesma nunca convence. Nesse sentido, questionou o senhor presidente, quanto tempo mais estarão os habitantes da vila e os comerciantes locais a ser prejudicados pelas obras, que tardam em ficar concluídas e se, estes, terão algum apoio devido ao tempo em que tiveram os acessos aos seus negócios e habitações limitados. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, questionando sobre a Escola Francisco Almeida Grandella. O cruzamento do Vale Judeus, têm o IP, o senhor engenheiro do IP, o senhor fiscal. Perguntou se as obras na Quinta da Torre Bela já iniciaram. Relativamente ao posto médico de Alcoentre, questionou para quando a data do fecho e o tempo de reabilitação do edifício.

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, disse que não teria ouvido as críticas construtivas da sua parte, que teria dito que as tinha, mas com certeza que as tem. Naturalmente quer fazer a súmula do período do ano em que surgiram algumas situações, e nesse sentido pode equacionar como sendo críticas construtivas. Referiu que irá responder ao e-mail, às questões que foram levantadas. Relativamente ao interesse público, será entregue por e-mail no dia seguinte, à senhora vereadora Inês Louro, que é um esboço de trabalho, para em conjunto com os sete vereadores trabalharem o documento, para depois o submeter à assembleia municipal. Em resposta ao senhor deputado Tiago Santos, informou que pensa que as obras estarão prontas entre abril e antes da Feira de Maio. Em relação aos apoios aos comerciantes que sofreram, com certeza que irão dar apoio, mas têm de provar que sofreram, ou seja, fazer crer

ao executivo que tiveram um crescimento negativo. Não vão dar apoio só por dar apoio. Já houve dois comerciantes que se queixaram. Foi enviado um esboço de trabalho aos senhores vereadores, para criticarem e ajudarem a melhorá-lo, se for caso disso, portanto, estão a aguardar que cheguem esses confortos dos senhores vereadores, para depois levarem o documento à câmara. O senhor deputado Carlos Fonte, falou na escola Grandella, portanto, irá à reunião de câmara, o documento já foi, mas foi retirado por falta de um documento que a senhora vereadora Inês Louro enunciou. A Torre Bela ainda não iniciou e não tem obra, não tem autorização para laborar, apenas andam lá umas máquinas a arrancar uns cepos. Quanto ao fiscal do IP, mencionou que não sabe o que há de fazer, naturalmente terá de falar mais acima, pois já falou com ele duas vezes, diz que vem e depois não aparece. O centro de saúde de Alcoentre, ainda não têm nada temporalmente, sabem que há uma grande recusa por parte dos médicos, porque está tudo a entrar em curto-circuito e há perigo para os utentes e docentes, e ninguém quer ver ali nenhum médico ou utente a sofrer um acidente. A reabilitação, falam em seis meses, mas não acredita, está convencido que um ano ninguém lhes tira. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Manuela Firmino do grupo PSD, expondo que teria ido à inauguração do Mercado Diário de Manique do Intendente, que está muito bonito e que está um mercado espetacular, porém, está fechado e os senhores comerciantes no antigo. Questionou o motivo de se ter feito a inauguração e o mesmo continuar fechado. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Natália Peres do grupo PSD, solicitando à senhora presidente que, numa sessão com a documentação tão extensa e complicada, não seria de muito bom tom, estarem a apreciar e a ler as atas que já vêm desde abril, portanto, terão de ser mais céleres na execução das atas, para serem votadas. Traz muitos transtornos, porque não têm tempo suficiente para poderem analisar toda a documentação que está na sessão, como também as atas. Por fim, conforme o senhor presidente teria dito, andam máquinas a laborar na Torre Bela, e questionou ao senhor presidente se já está definido o trajeto das linhas de muita alta tensão. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Manuela Firmino, informou que o mercado continua fechado, porque a junta de freguesia está a tratar dos procedimentos para a abertura, o procedimento do concurso para o talho, mudar os comerciantes para lá, fazer o contrato com a EDP, portanto, está numa fase embrionária, para a breve prazo o



mercado ser objeto de abertura. Depois, respondendo à senhora deputada Natália Peres, referiu que na Torre Bela, andam umas giratórias a arrancar os cepos, pois a licença ainda não está passada. Já pagaram a licença, foram novecentos e trinta e seis mil euros, mas têm de fazer uma caução, ter uma garantia bancária que trataram dela, e o alvará só vai ser emitido depois de ter lá a garantia bancária, porque têm de fazer uma estrada paralela ao muro e se não a fizerem, fica-se com o dinheiro para a fazer, é essa a garantia que falta. As linhas de muita alta tensão, pensa que o processo está bem encaminhado, porque os promotores da obra já andam em negociações com as pessoas, do que o novo traçado implica, mas não sabe de nada. Falou há dois dias com o senhor ministro, que disse que ainda não tinha nada para dizer, mas assim que saiba, informará quer a câmara, quer a assembleia e quer a população também. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Vera Braz, percebendo o que a senhora deputada Natália Peres referiu das atas, deixou a nota que a ata do dia vinte e oito de abril foi apresentada, não na reunião ordinária exatamente a seguir, mas em setembro, e a mesma foi retirada porque teve pedidos de alteração à mesma. Deixou também a nota que as atas só podem ir a votação em sessões ordinárias e o que poderia, eventualmente, ter acontecido é as atas posteriores, a de junho e de setembro, não irem a sessão a decorrer, e deixou os senhores deputados à vontade, para quando virem que não têm tempo para analisar os documentos na totalidade, comunicarem, e tratar-se-á da votação numa próxima sessão ordinária. -----

VI – ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 1 – Atividade Municipal – Período de 10 de setembro a 07 de dezembro de 2022 -----

----- A Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, questionou o motivo da não aprovação e a que se refere a candidatura ao PRR da *HubsLisbon*, da página vinte e cinco. -----

---- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, expondo que tinha quatro questões. Na página cinco, com o código zero seis zero um zero dois, a designação fala acerca da Escola Básica de Vila Nova da Rainha, depois a informação é alusiva à Escola Secundária de Azambuja e não se entende. Na página dezoito, código zero sete zero quatro zero cinco, Conselho Municipal de Juventude, diz em fase de implementação, e gostaria de saber que fase é essa. Depois na página vinte

e um, código zero oito zero dois treze CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco), visto existir uma senhora deputada nessa comissão, gostariam de saber, se possível, qual tem sido o papel desempenhado. A última questão, a senhora deputada Maria João já a colocou, acerca da candidatura PRR não aprovada. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, perguntou qual era a possibilidade, de no ponto zero um zero quatro zero três, da página três, divulgação e promoção institucional, de ser colocado as visualizações das reuniões de executivo e da assembleia municipal. Na página quatro, ponto zero três zero dois zero três, aquisição de lombas, questionou qual é a finalidade das lombas, pois se o objetivo é a redução de velocidade, no seu entender, deveria ser colocada sinalização luminosa e não lombas, pois tem uma série de benefícios. Por um lado, estão a penalizar os munícipes que cumprem com as obrigações, que nesse caso são obrigados a danificar as viaturas por transporem as lombas impostas. A existência de sinalização luminosa é mais fácil de penalizar quem não cumpre, e se a ideia das lombas seria reduzir a velocidade para evitar excessos de velocidade, não se vai penalizar outra vez os munícipes a transpor lombas e a danificar viaturas. Referiu que o seu problema não são aqueles que não cumprem, mas os que cumprem andarem a danificar os carros, e sabe porque leva uns quantos carros à inspeção por ano e sabe como funciona. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, informou que estão no momento a trabalhar no regulamento. Quanto à senhora deputada Marta Diniz, que faz parte da Comissão da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco), não sabe se a mesma quer fazer alguma intervenção referente ao assunto e, caso não queira, responderá por escrito se assim o entender. ---

----- Interveio a Senhora Dr.ª Irene Lameiro, explicando que se está a tratar de uma candidatura com uma ideia ao Portugal 2020, e o que ficou combinado é que iriam incluir a candidatura na Escola Secundária na candidatura da Escola e Jardim de Infância de Vila Nova da Rainha. A candidatura passaria a chamar-se a funcionalização de infraestruturas dos agrupamentos escolares de Azambuja, e como Vila Nova da Rainha pertence ao agrupamento de Azambuja, a candidatura seria muito mais abrangente. No orçamento já virá com outra nomenclatura. Quanto à candidatura ao PRR do *HubsLisbon* não aprovada, não apresentaram uma manifestação de interesse atempadamente, mas para a zona do Alentejo havia poucas candidaturas para aprovar, e havia alguns municípios que já



tinham as candidaturas pré-aprovadas. Apesar do esforço, não conseguiram fazer aprovar a do município, que é para as áreas de acolhimento empresarial, para incluir toda a zona industrial de Azambuja – Vila Nova da Rainha. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor deputado Carlos Fonte, informou que vão pedir aos serviços que tomem nota de quantas visualizações é que há, daqui para a frente, quer para a sessão de câmara, quer para a da assembleia municipal. Relativamente às lombas, acham que as lombas continuam a ser um elemento dissuasor. Deu o exemplo de Aveiras de Baixo, onde parte dos condutores passam o sinal vermelho, quer à entrada de Aveiras de Baixo, quer à saída. É um pequeno exemplo daquilo que vale, as lombas são elementos dissuasores, porque quem passar a quarenta passa em segurança e sem danificar o carro, e depois há indivíduos que passam a cento e quarenta e depois, por vezes acontece coisas desagradáveis. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, expondo que é desses condutores que não tem pena e que tem muita vontade de dizer que a câmara municipal faz muito bem em ir buscar os tais 70%. Disse que sabe que está nas mãos do senhor presidente, que consegue mexer nisso e para penalizarem quem é o incumpridor e beneficiar quem cumpre. Quem cumpre não tem culpas no cartório e quem não cumpre tem de pagar, sendo uma mais-valia para o município. -----

----- Foi realizado um intervalo de cinco minutos. -----

----- **Ponto 2 – Orçamento e Grandes Opções de Plano** ----- **P 105/P/2022**

----- A Senhora Presidente da Assembleia Vera Braz, recordou os tempos, visto os tempos do ponto em questão serem diferentes dos restantes. A câmara municipal tem para apresentação da proposta dez minutos, e para o seu debate cinquenta minutos, o PS quarenta e três minutos, o PSD trinta e dois minutos, a CDU vinte minutos, o CHEGA quinze minutos e o BE dez minutos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, disse que iria fazer uma apresentação muito sintética relativa ao documento. O orçamento foi um orçamento feito no contexto de crise, saiu-se de uma pandemia, entrou-se numa guerra, houve um aumento exponencial, quer dos combustíveis quer da energia, a inflação está no ponto que os senhores deputados bem conhecem, as taxas de juro idem e houve uma dificuldade muito grande, na construção do orçamento, porque havia uma diferença de cerca de dez milhões de euros para cortar e cortar onde e em quê, sendo aí que começam as grandes decisões. Houve situações que não tiveram cortes, tiveram alguns acréscimos,

nomeadamente, na educação e ao nível das receitas tem uma receita corrente de vinte e um milhões trezentos e dezanove e sessenta e seis, que corresponde a 85,6% do orçamento, de capital e outras três milhões quinhentos e vinte e três, 14,2% e uma receita efetiva de vinte e quatro milhões oitocentos e quarenta e dois novecentos e noventa, portanto 100%. O orçamento em comparação com o ano anterior, tem um acréscimo na ordem dos quatro milhões de euros e inclui impostos, venda de serviços, transferências de orçamentos de alto estado e de candidaturas. No que toca às despesas, a despesa corrente tem um valor de dezoito milhões trezentos e vinte e dois quinhentos e cinquenta e um euros, o que representa 73,8%. De despesa de capital quatro milhões oitocentos e oitenta mil cento e dezassete euros, o que representa uma despesa de 19,6% e a despesa efetiva corresponde a vinte e três duzentos e dois seiscentos e sessenta e oito euros, 93,4%. E uma não efetiva de um milhão seiscentos e quarenta, 6,6% que é o reembolso dos empréstimos, o que perfaz os vinte e quatro milhões oitocentos e quarenta e três que perfaz 100%. Na estrutura de funcionamento de pessoal, nove milhões cento e setenta e cinco mil euros, em relação, como o orçamento aumentou, diminuiu em termos percentuais, embora em termos monetários o valor é superior em cerca de quinhentos mil euros. Funcionamento, bens e serviços cento e sessenta e seis trezentos e vinte e quatro mil euros, outras despesas nove mil e novecentos euros. O Plano de Atividades Municipais, que depois dá cobertura a todas as outras atividades descritas ao longo do plano de atividades, tem oito milhões oitocentos e oitenta e três quinhentos e vinte euros, 35,8% da despesa, o Plano Plurianual de Investimentos tem uma despesa prevista de quatro milhões oitocentos e oitenta mil cento e dezassete euros, o que equivale a 19,6%. Operações financeiras, um milhão setecentos e vinte e sete quinhentos e oitenta e quatro euros, portanto, a dívida total e final no ano de 2023 será de dois milhões e oitocentos mil euros. A despesa com o pessoal afeto à educação e a prestar serviço nos agrupamentos, corresponde a dois milhões quinhentos e cinquenta e sete novecentos e quarenta e oito euros. Receberam, para ficarem com a perceção de como é que a DREL (Direção Regional de Educação de Lisboa) os trata, receberam da mesma um milhão seiscentos e trinta e quatro euros, e têm uma diferença de mais de novecentos e vinte e três mil e novecentos euros, portanto, é um esforço que o município faz para ter todo o sistema da educação a funcionar. Os encargos do PAM (Plano de Atividades Municipais) e do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) são três milhões quatrocentos e oitenta e dois setecentos e dezoito euros, um total



de seis milhões e quarenta e oito euros, 23,4% do orçamento. Depois PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e PAM (Plano de Atividades Municipais), despesas definidas na educação 25,3%, modernização e organização dos serviços 20,3%, estando incluído a eletricidade, os combustíveis, a água e o edifício da divisão do urbanismo. O ambiente e saneamento tem 12,2%, o urbanismo e habitação 9,4%, estando incluído a estratégia local de habitação de Azambuja. Passando depois para as grandes decisões, a Escola Secundária aguarda financiamento total da parte do governo. As freguesias tiveram um acréscimo de 5%, e estão a rever os contratos. Vão estar com uma atenção muito especial, na área da saúde e da intervenção social, porque 2023 e 2024 vão ser anos muito difíceis, e a câmara tem de ser sensível a essas questões. Querem e são obrigados a concluir o PDM (Plano Diretor Municipal) e os Planos de Pormenor. Quer o Plano de Pormenor de Aveiras de Cima, quer o Plano de Pormenor de Azambuja, já deram passos bastante significativos, nomeadamente, o de Aveiras de Cima e há um compromisso verbal por parte dos promotores, para poderem vir a construir um novo centro de saúde para a população de Aveiras de Cima. As obras e a requalificação do edifício e do espaço do cidadão, os asfaltamentos, vão fazer um pedido de empréstimo, porque estão com uma capacidade de endividamento na ordem dos dezoito milhões de euros, estando a capacidade quase intacta. Querem também acabar as obras da Rua Engenheiro Moniz da Maia e Vítor Cordon, em Azambuja. Depois, há uma série de projetos que vão assumir, o cemitério de Aveiras de Cima, o de Aveiras de Baixo, o dos Casais da Lagoa, estradas espalhadas pelo concelho, as prioridades. Vão mandar agora um ofício para as juntas de freguesia para elencarem, em termos de prioridade, quais são as estradas que na opinião deles precisam de maior intervenção. Continuam com um prazo médio de pagamento de zero dias, portanto, estão a pagar à fatura, o que é bastante de salutar em termos da saúde financeira que o município tem. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, mencionou que na página vinte e quatro, ponto zero um zero três, estão contempladas três viaturas, e questionou quais das viaturas são elétricas, a hidrogénio, GNL ou GNC, gás natural, líquido ou comprimido. Depois, na página vinte e sete, ponto zero três zero dois, trânsito, reordenamento das condições de tráfego rodoviário no sentido da diminuição da sinistralidade e do aumento da segurança rodoviária, não aparece nada para o Alto Concelho. Aparece uma postura de trânsito para Azambuja, incluindo sinalética, e perguntou quando se vai contemplar a postura de trânsito para Tagarro, Quebradas e Casais das

Boiças. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, afirmando que gostaria de salientar e fazer uma leitura mais geral do que é dito relativamente ao orçamento, mas também enquadrá-lo do ponto de vista nacional e dos problemas que se têm sentido. É verdade que começou uma guerra, mas os grandes grupos económicos continuam a ter e a aumentar exponencialmente os seus lucros, enquanto o resto da população, continua a empobrecer progressivamente. O governo continua a não querer controlar e regular os preços de energia, dos combustíveis e dos bens essenciais. Se existisse de facto, uma vontade do governo e do próprio sistema para que de facto, se pudesse responder aos problemas urgentes das populações e do povo talvez a câmara municipal também dispusesse de mais fundos, para conseguir dar resposta aos problemas urgentes do concelho e aí talvez conseguisse dar resposta também aos problemas urgentes de valorização dos trabalhadores, dos seus salários e de todos os trabalhadores e trabalhadoras do concelho. Não se pode dizer que começou uma guerra sem apontar também o facto da inflação referida, que também tem os seus responsáveis políticos, nacionais e europeus, e que continuam a enveredar por uma escolha que não responde a quaisquer problemas da população e do povo português. Queria também salientar, que já ouviram demasiadas vezes na assembleia municipal a seguinte expressão “vamos beneficiar quem cumpre e não beneficiar quem não cumpre”, e gostaria de saber se quem exerce o poder punitivo são os deputados do CHEGA, ou as instâncias responsáveis por definir de que forma é que é exercido o poder punitivo.

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor deputado Carlos Fonte, relativamente à aquisição de viaturas, disse que vão tentar que sejam elétricas, o mais sensíveis ao ambiente, até para entroncar no documento que irá ser apreciado e votado na sessão. Referiu que um autocarro elétrico custa na ordem dos oitocentos mil euros, sendo um volume bastante elevado, mas existem outras oportunidades no mercado e com certeza serão sensíveis à questão que o senhor deputado levantou. Quanto à postura de trânsito, fizeram a de Alcoentre, está publicada e foram requalificados os sinais. A senhora vereadora com o pelouro do trânsito, com certeza que fará démarche no sentido para falar com os senhores presidentes de junta, para chegar às outras povoações também, mas começaram pelas sedes de freguesia. Em relação à intervenção da senhora deputada Marta Diniz, disse ser verdade, se tivessem mais fundos dariam mais apoios, e é isso que têm regateado e a Associação Nacional de Municípios junto do governo, para que transfira mais

verbas para o setor dos municípios e freguesias. A questão dos salários, expôs que por imposição governamental, têm funcionários públicos que vão receber na ordem dos cento e cinquenta euros de aumento já em janeiro. A inflação está na ordem do dia, a previsão para o corrente ano do orçamento geral do estado são 6,2%, portanto, vão ver se aumenta ou se baixa, para se poder ter uma vida melhor. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, começando por agradecer à Doutora Irene Lameiro e ao Doutor Ricardo Portela, pela sessão de esclarecimento da passada segunda-feira, em que ficou inteiramente esclarecido em relação às questões técnicas. Disse ter uma boa notícia para a senhora deputada Marta Diniz, que é haver mais fundos em relação a 2022, a receita aumentou em 20%, passou de vinte milhões duzentos e trinta e quatro euros para vinte e quatro milhões oitocentos e quarenta e dois euros, e irão ver onde o excesso foi aplicado. A despesa aumentou 23%, portanto, aumentou mais que a receita. Na página dezanove, na educação não foi aplicado, porque a mesma desceu de um investimento de 17,5% do orçamento da câmara, para 17,9% nas despesas correntes. Está a palpitar um investimento de dois milhões e oitenta e cinco quinhentos e trinta e três euros, que não está inteiramente especificado para onde vai, presumindo que seja para as obras da Escola de Azambuja, que faria com que a despesa de educação aumentasse para 25%. Crê que é uma boa altura para questionar, em que pé estão essas obras, porque apareceu o projeto, que ninguém sabe de onde veio e quanto custou, foi transferida a obra da DGEST (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares) para a câmara municipal, com um investimento de um milhão e tal de euros, e afinal apareceu uma despesa de três milhões de euros. Depois pareceu que era certo que ia haver um investimento do ministério e afinal não houve, e referiu que se calhar voltavam àquilo que o senhor deputado António Nobre disse, ir lá e exigir na cara. Em relação à educação ainda, a câmara costuma dizer que as despesas de pessoal cresceram muito, porque tiveram de absorver o pessoal da educação. Dos nove milhões cento e setenta e cinco mil euros alocados às despesas de pessoal, 25%, ou seja, dois milhões duzentos e cinquenta mil euros é que são para o pessoal da educação. Mas desses 25%, pela informação dada na segunda-feira, a câmara só paga quinhentos e trinta mil euros, das despesas do pessoal educativo, a câmara só paga 23% e das despesas de pessoal dos recursos humanos, ou seja, dos nove milhões de recursos humanos, quase

metade do orçamento da câmara. A câmara só paga 6%, portanto, o peso do pessoal da educação que transitou do ministério para a câmara não parece ser que subcarregue tremendamente o orçamento dos recursos humanos. Na saúde, acumulado o PAM (Plano de Atividades Municipais) e o PPI (Plano Plurianual de Investimentos) em 2022 correspondia a 5,3% do orçamento, agora corresponde a 4,6%, sendo verdade que passou de quinhentos e dezasseis mil euros para seiscentos e trinta e nove mil euros, porém está abaixo da taxa de inflação, o que significa que apesar de haver um ligeiro aumento, no computo geral do orçamento da câmara, a despesa para a saúde diminuiu. O senhor deputado António Nobre, tê-lo-ia desafiado a dizer onde cortava, e expôs que na saúde e na educação não cortava, foi a câmara que cortou. Ambiente e saneamento, em 2022 era 16,4%, um milhão quinhentos e noventa e três mil euros e, em 2023, 12,1%, baixando quatro pontos percentuais, apesar de ter aumentado um bocado em termos de massa líquida, um milhão seiscentos e sessenta e seis mil euros. Urbanismo e habitação, passou de 15% em 2022, para 9,4% em 2023, ou seja, de um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil euros para um milhão duzentos e noventa e dois mil euros. Depois começam a aparecer coisas curiosas, revisão do PDM (Plano Diretor Municipal), na página vinte e seis, chegaram à fase da conclusão e entrega, no orçamento de 2021 tinha para o PDM (Plano Diretor Municipal) um valor de sessenta e sete mil quatrocentos e quinze euros, previa para 2022 nove mil euros, e previa para 2023 nove mil euros. Em 2022 sessenta mil quinhentos e dezasseis euros e previa para 2023 quinze mil cento e vinte e nove euros, em 2023 setenta e cinco mil seiscentos e quarenta e cinco euros. Questionou se não tinha sido pago nos outros anos, e se não foi pago e foi orçamentado para onde foi o dinheiro. Mencionou que o dinheiro foi para onde estava à espera que fosse, para a modernização e reorganização dos serviços, em 2022 custava um total de 11%, dois milhões trezentos e quarenta mil euros e em definido 13,8%, um milhão trezentos e quarenta e dois mil euros e agora é um total de 17,3%, três milhões seiscentos e vinte e nove mil euros e em definido 20,3%, dois milhões setecentos e noventa e seis mil euros. Em 2021, 2022 e 2023, a desmaterialização dos procedimentos, duzentos e sessenta e um mil duzentos e sessenta euros, manteve-se em todos os orçamentos, e disse ser um bom tema para uma assembleia municipal, perceber se houve alguma melhoria nos atendimentos aos cidadãos, nas licenças de habitação, de utilização, dos alvarás de construção, se os processos são mais céleres do que eram em 2021 ou 2022. Ponto zero sete zero três zero três, Feira de Maio, estava orçamentado

em 2022 cento e dezoito mil novecentos e cinco euros, e para 2023 quatrocentos e dezoito mil quinhentos e dezanove euros, quatro vezes mais. Expôs que a Feira de Maio pode não ter custado os cento e dezoito mil euros, que tenha sido muito mais e se tenha ido buscar verbas a outras entradas, mas orçamenta-se uma coisa e depois é outra, vai-se ajustando, e de facto é isso que irá acontecer, conforme está previsto na introdução “os presentes documentos previsionais procuram materializar as expectativas de todos, mas em função dos impactos económicos e financeiros decorrentes de invasão”, pode tudo mudar. Sendo um plano e sabendo que pode haver impactos financeiros e económicos, deveria estar planeado onde se prevê cortar e diminuir, caso seja necessário. -----
----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, referindo que lamentavelmente denotava uma cópia do orçamento do ano anterior e que iria dar alguns exemplos. O que no ano passado estava escrito na introdução passou no deste ano para o relatório, o descrito no quadro de médio prazo, nas finanças municipais, nos pressupostos e riscos orçamentais mantêm-se, ou seja, o texto é precisamente igual, alterando só o ano 2022 para 2023. Continuam a referir a realização de reuniões de trabalho com as diferentes forças políticas e as mesmas não aconteceram. Dados concretos, página trinta, equipamentos escolares, atribuição da verba no valor de setenta euros por sala por trimestre, estão em semestres, e questionou se vão manter a atribuição por trimestre. Página trinta e um, construção de telheiros em diversas escolas do concelho, gostaria de saber quais. Página trinta e dois, programas e atividades de iniciativa municipal, elaboração do Projeto Educativo Local, na sequência da revisão da Carta Educativa. Perguntou onde é que podem consultar a carta educativa. Página trinta e dois, Centro de Formação Profissional, questionou o que significa projeto em estudo. Página trinta e quatro, Conselho Municipal de Cultura, estruturação do Conselho Municipal de Cultura, um espaço de diálogo e cooperação entre a câmara e os agentes culturais locais, interrogou onde está sediado. Página trinta e seis, construção de dois campos de padel e remodelação dos arranjos exteriores, repete-se a situação do ano passado, referia a construção de dois campos de padel, mas não existia nenhuma verba definida no Plano de Atividades Municipais assim como no Plano Plurianual de Investimentos, e no presente ano a mesma situação, a verba não está definida. Perguntou se a construção vai existir e como. Página trinta e seis, atualização da Carta Desportiva, questionou onde está para ser consultada. Criação do Conselho Municipal do Desporto, o ano passado no orçamento anterior já estava prevista a criação do mesmo,



este ano repete-se, se nada foi feito, interrogou para onde foi canalizada a verba que lhe estava atribuída. Na página quarenta, criação do Conselho Municipal da Juventude, o senhor presidente teria dito que estão a trabalhar no regulamento e perguntou se foi necessário o ano inteiro para estarem a trabalhar no regulamento. Saúde e intervenção social, não verificou nenhuma verba no orçamento para os seguros de saúde, que o senhor presidente falou várias vezes que estavam a pensar em atribuir, e perguntou se vão existir ou não. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor deputado José Navarro, em relação à Escola Secundária, disse que se o senhor deputado quisesse mostra o projeto, quem o fez e quanto custou. A obra está em concurso de audiência prévia, já foram sufragados os candidatos, e estão à espera de financiamento para avançar. Quanto aos processos, têm andado bem, antes tinham uma folha de processo despachados e atualmente têm três folhas do urbanismo. Vão abrir concurso para mais um arquiteto e um engenheiro para o urbanismo, porque há uma procura muito grande dos empresários no concelho. A Feira de Maio é para ser feita com o dinheiro que se conseguir arranjar e naturalmente ainda vão ter de cortar mais o que está no orçamento. Referiu que o orçamento é composto com cortes de um lado e cortes do outro, sendo assim que se constrói ao longo do ano, fazendo as alterações orçamentais necessárias, e é o que está previsto na lei. A questão da educação, com certeza que se o orçamento aumenta, os números percentuais diminuem. Respondendo à senhora deputada Maria de Fátima Pinto, relativamente à Carta Educativa, informou que iria pedir aos serviços para verem a situação de não se encontrar no site, e disse que iria entregar todos os documentos, Cartas Educativas, regulamentos, dentro do tempo regulamentar. A construção de dois campos de padel, não há verba nenhuma porque vão ser construídos e explorados por um privado. O Conselho Municipal do Desporto e o Conselho Municipal da Juventude estão a ser criados. A saúde e intervenção social, estão a olhar para os documentos que foram entregues, em termos das propostas das seguradoras. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, José Martins do grupo PSD, expôs que o ano passado foi solicitado às juntas contributos, para o orçamento do presente ano, os quais até ao dia da sessão não viram a sua execução. Na sua freguesia, a requalificação urbana de Aveiras de Baixo, a instalação das ilhas ecológicas, a construção do circuito de manutenção na mata das Virtudes e no Vale Gerardo, o subsídio ao passe CP Navegante, para os utentes da CP que entram nas

Virtudes. No presente ano, nada lhes foi solicitado, pelo que é suposto pensar e esperar que os contributos do ano passado estivessem refletidos no orçamento em discussão, porém não lhe pareceu ver esses contributos lá inseridos. Questionou o senhor presidente da câmara, se a freguesia de Aveiras de Baixo vai ser contemplada com alguma obra estrutural no ano de 2023 e se está prevista alguma verba, no orçamento, para os projetos que citou. Relembrou o senhor presidente da câmara de que, para além dessas obras que parecem urgentes, há ainda a considerar como prioritárias outras obras estruturais, como o alargamento dos cemitérios de Aveiras de Baixo e Casais da Lagoa, que o senhor presidente já tinha assumido que estavam previstas, a repavimentação de algumas artérias das Virtudes e o arranjo de alguns passeios. Nos Casais da Lagoa, é também urgente proceder ao arranjo paisagístico no lote junto ao ringue desportivo. Viu que está inscrito no orçamento uma rubrica para o projeto, porém, não se contenta com o projeto. Para terminar, apelou ao senhor presidente da câmara, bom senso, coragem e as clarividências necessárias para promover o desenvolvimento justo e equitativo de todas as freguesias do concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, referiu que há um conjunto de situações no orçamento que entroncam o que o senhor presidente da junta disse. É olhar para o território como um todo e não especificar, há asfaltamentos para fazer no concelho todo e há prioridades. Para o ano que vem está previsto em termos de obras estruturais e bastante importantes, fazer o alargamento do cemitério dos Casais da Lagoa e Aveiras de Baixo, as outras, logo verão o que conseguem fazer. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, António Torrão do grupo CDU, expôs ao colega presidente da junta de Aveiras de Baixo que o que mandou há vinte anos ainda está no papel, portanto, vai ter de esperar algum tempo. Disse que iria falar de obras que são prioritárias e passaram ao lado das prioridades do município. A Rua da Arameira, onde transita trânsito pesado, ligeiro e crianças para a escola, já há vinte anos que a colocaram para requalificação, e têm apenas o projeto. Disse ter tido dificuldade em analisar o orçamento, por ser presidente de junta e ter a responsabilidade das pessoas que votaram em si e das que não votaram, e ter de defender os interesses da sua freguesia. Não está no orçamento o parque de estacionamento no centro de Aveiras, o Centro Cultural, e já teria dito que abdicava de parques de estacionamento, do Centro Cultural, mas não pode abdicar de um local digno para enterrar os mortos da freguesia de Aveiras de



Cima. Andam nisso há três anos e ainda não têm verba definida. É muito tempo, e o município sabe a dificuldade que já tiveram, de enterrar cinco pessoas da freguesia em Azambuja, não fazendo sentido. Dizem que não há dinheiro, mas se o concelho de Azambuja não tivesse aceitado a educação, teriam uma verba de dez milhões, para aplicar em todas as situações do concelho. Se não os serve, porque é que não devolvem ao governo central, se está a custar novecentos mil euros e seiscentos euros, tem sido consecutivamente assim, já ultrapassando os dez milhões de euros. Os novecentos mil euros davam para construir o cemitério de Aveiras de Cima, e se calhar para alargar o cemitério de Aveiras de Baixo. Afirmou não perceber, se andam a mendigar para que seja feita alguma coisa, e a seguir dão de mão beijada ao governo central novecentos mil euros. Não tem nada contra a educação, mas não se pode estar a subsidiar o estado central. Discutiram anteriormente, sobre a saúde, votaram moções, votaram uma série de coisas, o que não faz sentido, pois têm de ir todos em conjunto, independentemente das ideologias políticas e lutam por aquilo que é o mais importante, que são as pessoas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, dizendo que relativamente à proposta orçamental, gostaria de abordar alguns assuntos, a ver com a sua concessão e as finalidades que tem. Compreende e até com algum regozijo, que o município conseguiu cumprir com o serviço de dívida, mas isso não quer dizer que têm um preconceito contra a contratação de empréstimos para financiar as atividades municipais. Referiu que os municípios mais pequenos têm mais dificuldade em satisfazer as necessidades dos seus concelhos, porque têm menos receitas tributárias. Existe a grande incerteza económica, mas pensa que o recurso ao crédito, é um recurso que deve ser recorrido para concretizar determinados projetos que tenham particular interesse para o município, que até vêm previstos no orçamento, mas que têm poucas verbas iniciais, e necessitam de ser desenvolvidos, porque tem potencial para a própria sustentabilidade do concelho, e continuam a ter um concelho dual, em que há áreas do concelho que são mais beneficiadas do que outras, e como falava o senhor presidente de Aveiras de Baixo, devem ver o concelho como um todo. Recordou, por exemplo, que para Alcoentre não há nada de especial previsto, há uma coisa que tem dificuldade em entender, que é como se pode prever no orçamento uma rubrica para um pavilhão multiusos, na freguesia de Alcoentre, quando na mesma freguesia já existem cinco infraestruturas dessa natureza. Respondendo ao senhor deputado José Navarro, lembrou que na última sessão extraordinária de

nove de dezembro, o senhor deputado dizia que no orçamento estava previsto 75% de despesas com pessoal, e durante a sessão corrente foi mais específico nas descrições das verbas. Porém, chamou à atenção que também não se pode esquecer que têm mais 10% de inflação, daí que haja realmente uma influência da taxa de inflação no crescimento das verbas, particularmente nas receitas tributárias. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, esclarecendo que disse que a câmara gasta 75% consigo própria, conforme está na página dezasseis de despesa corrente, 73,8%. Pretende que o senhor presidente diga na assembleia municipal, como é que o projeto chegou, se foi por concurso, por adjudicação direta, se veio da DREL (Direção Regional de Educação de Lisboa) e quanto custou, visto nada disso ter sido esclarecido até ao dia atual. Disse que o senhor presidente comentou que, se o orçamento aumenta, os números percentuais diminuem, porém, se o orçamento aumenta, os números percentuais devem aumentar também de acordo. Se há mais dinheiro então tem de se pôr mais dinheiro para, no mínimo, fiar igual ao que era anterior. Por último, não sabe muito bem o que vão votar, pois o orçamento é um esboço, uma hipótese e apenas um preforme administrativo, para depois se ir vendo ao longo do caminho. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, disse ao senhor deputado José Navarro que a indicação técnica que lhe deram, o orçamento de 2022 com o pessoal era de 43,4%, oito milhões de euros, e a previsão de orçamento com o pessoal em 2023 é de nove milhões cento e setenta e cinco euros, 36,9%, conforme o que tinha dito. Em resposta ao senhor presidente de junta António Torrão, informou que o projeto da Arameira é para 2024 e o Centro Cultural estão a acabar o projeto, para depois verem quando têm condições para o realizar. O cemitério é uma realidade, o projeto está concluído e vão fazer uma audição prévia para ver por quanto vão lançar o concurso no início do ano, a partir de março. A verba de dez milhões da educação é verdade, se não tivessem assumido aquela responsabilidade, não tinham assumido também a parte que a câmara ao longo dos anos financiou a educação, mas para si a educação é um investimento. Têm de ver se o governo se equipara, se chega mais até ao município através da Associação Nacional de Municípios. Ao senhor deputado António Nobre, expôs que a construção do pavilhão em Alcoentre, é uma questão que têm de falar futuramente. Por último, informou o senhor deputado José Navarro que o projeto da escola custou perto de setenta mil euros. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, em resposta à senhora deputada Marta Diniz, disse que aí se via as suas diferenças, as diferenças de que é da opinião que devem penalizar quem não cumpre e não prejudicar quem cumpre. Pelo que tinha percebido, a senhora deputada defende que devem penalizar quem cumpre, e quem não cumpre continua a andar como anda na via pública, sem respeitar ninguém. O senhor presidente frisou que um autocarro elétrico ronda os oitocentos mil euros, e está claro que os veículos elétricos não vão ter grande passo para andar, segundo o que se ouve. Mas há o GNL, que acha que no momento, a nível de trânsito de transportes de autocarros, de transportes de combustíveis e transporte de pesados, é o que está na moda. Sendo o valor de um autocarro a GNL ou GNC, por volta de quatrocentos mil euros, ao olharem para as três viaturas, têm no orçamento um valor total de quatrocentos e cinquenta e nove mil e setecentos euros. Solicitou que o senhor presidente o clarificasse, relativamente ao facto de o valor que consta no orçamento ser aproximado do valor apenas de um veículo, e onde irão buscar os valores para as restantes viaturas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, referiu que a aquisição das viaturas, é intenção ao longo do ano concretizarem e inscrevem essa rubrica como verba definida, mas têm ainda o saldo de gerência que podem de alguma forma reforçar. Estão a fazer consultas no mercado para ver os preços, e ver se conseguem ir ao encontro das ambições, que é adquirir as viaturas sinalizadas no orçamento, de preferência não muito poluidoras. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, questionando o que é que já está refletido no orçamento, no pacote da descentralização da transferência de competências. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, informou que a única coisa que está refletida são as verbas da educação, que já estão a receber. A ação social, ainda não aceitaram, é em abril de 2023, que é a data limite, e estão à espera da saúde, que desde abril que foi transferida, mas como não transferiram as verbas, não exercem a competência. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 8 (6 PSD e 2 CH) | Abstenção: 7 (5 CDU e 2 PSD) | Favor: 13 (12 PS e 1 BE) -----

----- A proposta foi aprovada. -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

" A bancada do partido CHEGA considera que não há uma estratégia definida neste documento, Orçamento e Grandes Opções do Plano, uma vez que não é possível identificar as prioridades do executivo municipal. Verifica-se a existência de uma clara contrariedade entre aquilo que consideram ser prioritário e o que está espelhado nas verbas, bem como quais são os reais investimentos para as diversas freguesias do nosso concelho." -----

----- **Ponto 3 – Autorização Genérica para a Assunção de compromissos Plurianuais no âmbito da Apresentação de Proposta de Orçamento para 2023 e Grandes Opções do Plano 2023-2027** -----

----- **P 106/P/2022**

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, expôs que a proposta é uma aberração. A assembleia foi eleita diretamente pela população, e prescindir de uma prerrogativa sua e dar carta branca ao executivo municipal, não faz sentido. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, afirmando que a bancada do partido CHEGA irá votar contra, porque é uma lei para o país em geral, e entende que Azambuja não se pode comparar com grandes municípios como Lisboa, Sintra, Vila Nova da Gaia e outros mais. Entendem que não existe necessidade de estarem a colocar esses encargos em cima do senhor presidente da câmara. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 9 [7 PSD e 2 CH (votos vencidos)] | Abstenção: 1 PSD | Favor: 18 (12 PS, 5 CDU e 1 BE) -

----- A proposta foi aprovada. -----

----- **Ponto 4 – DCTA/08/2022 – Restaurante do Páteo do Valverde – autorização de obras e prorrogação do prazo para abertura ao público** ----- **P 110/P/2022**

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara António Matos, mencionou que o Restaurante do Valverde não foi entregue a quem ganhou o concurso na altura devida, por causa da Feira de Maio e dos espetáculos que lá existiram e na dificuldade de levantamento de material que lá ficou. Após a entrega do restaurante e verificado, por quem ficou com o restaurante para concessão, apurou-se que precisava de mais obras do que era suposto, e que parte do que estava feito não estava de acordo com as telas finais, o que obrigou a fazer-se um levantamento do que estava construído. Percebeu-se que as casas de banho, por exemplo, a das senhoras tinha apenas uma instalação sanitária, o que



é altamente escasso e não está de acordo com a lei, para aquele nível de estabelecimento, assim como não tinha casas de banho para pessoas com mobilidade reduzida. Essencialmente o que se está a pedir, é um aumento da prorrogação para que se possa efetuar essas obras, e legalizar um edifício que é do município. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, expondo que pelo que se fala, a câmara municipal, fez ou autorizou que fizessem do restaurante um armazém da Feira de Maio, assim como deixou passar o tempo de concursos, sem ter dado a devida atenção ao edifício, visto as peças desenhadas de um arquivo do município não coincidirem com o edifício em si. O mesmo já era do município, então estão a abrir um concurso para a cedência de um espaço e os desenhos não estão como deve ser, ou seja, o arquivo não está atualizado, provocando o atraso. Para quem apelava que tinham necessidade de um restaurante emblemático em Azambuja, que acusou inclusive a oposição de colocarem pedras na engrenagem, vieram à conclusão de que a câmara municipal é que deixou ficar tudo no descuido. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do grupo PSD, dizendo que apenas tinha um comentário e uma recomendação. Não sabe se a todos os senhores deputados teria chegado nas mesmas condições, mas a carta da concessionária com o pedido não está completa, tem uma segunda página que termina como “pretendida como para” e depois na página seguinte tem “nesse sentido”, e era suposto terminar a frase. Não sabe quantas páginas tem a mesma, por não estar paginada, mas queria pedir que efetivamente, de futuro se tivesse algum cuidado da forma como os documentos são apresentados, nomeadamente, caso não venham paginados de origem, serem paginadas na câmara, para evitar esse tipo de situações. O comentário que queria fazer, é que finalmente vão ter um restaurante, vai demorar mais um bocado, mas fica muito feliz e espera que efetivamente seja o ponto final e que o Restaurante do Valverde possa ser um marco gastronómico no roteiro de Azambuja e não só. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Vera Braz, expôs que lhe parece uma troca de páginas e solicitou ajuda aos senhores representantes para quando fazem a reunião, tentarem detetar logo essas situações, para ainda irem a tempo de reenviar corretamente aos senhores deputados. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara António Matos, informou que efetivamente as páginas estão trocadas, portanto, estão as páginas todas, mas não pela ordem correta. Disse ficar feliz pelas



suas palavras e que também espera que seja um marco gastronómico, uma coisa que orgulhe a todos. Quanto ao que o senhor deputado Carlos Fonte disse, e usando as suas palavras, o arquivo não estava atualizado e agora é que se debateram com isso, e irão trabalhar para ultrapassar essa situação. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 3 (2 CH e 1 PSD) | Favor: 25 (12 PS, 7 PSD, 5 CDU e 1 BE) -----

----- A proposta foi aprovada. -----

----- **Ponto 5 – Votação do Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica 2050** ----- **P 55/P/2022**

----- A Senhora Presidente da Assembleia Vera Braz, agradeceu mais uma vez à Engenheira Isabel Agostinho, pela apresentação que fez e pela disponibilidade que teve para estar presente na última sessão temática da assembleia municipal, que pensa ter sido muito importante e relevante para esclarecer alguns pontos do documento. -----

----- A Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do grupo CHEGA, começou por agradecer ao senhor presidente, de em boa hora ter retirado a proposta e ter sido feita uma apresentação pela senhora Engenheira Isabel, o que os deixou mais despertos e esclarecidos. Relativamente à recolha e separação de resíduos, falou-se na ação de sensibilização, que era importante que se efetuassem ações, começando pelos mais novos e alargando aos menos novos. Solicitou que se faça uma verificação no concelho, porque existem se calhar, pelo menos um existe, estabelecimentos de ensino que não têm o ecoponto perto e é importante. É igualmente importante que o executivo cumpra a sua intenção, de criar benefícios para os munícipes que fazem a recolha do lixo, como estava no programa eleitoral. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Horácio Ribeiro do grupo PS, informando que a sua intervenção representa a posição dos elementos que compõe a Comissão do Território, Urbanismo, Mobilidade e Ambiente. O próprio e os senhores deputados Carlos Pires, António Torrão, Carlos Fonte e Firmino Amendoeira, a quem agradeceu, pois têm adotado uma postura cordial e construtiva, o que só dignifica o órgão que representam. “Assim ao abrigo do n.º 1 do artigo 71º do regimento desta assembleia, a comissão apesar de não ter sido requerido um parecer acerca deste assunto, reuniu e elaborou a seguinte opinião acerca do roteiro municipal para a neutralidade carbónica. Considerando a ratificação do Estado Português do Acordo de Paris, a ratificação do Estado Português do Pacto



Ecológico Europeu, a existência e execução do plano de Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Azambuja, a Lei de Bases do Clima e o Plano Nacional Energia e Clima. Sabendo da necessidade de conter o aquecimento global como forma de sustentabilidade de todas as formas de vida que habitam no planeta Terra, o município de Azambuja elaborou e executa o plano de Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. É certo, que existem medidas propostas nos diversos planos de ação mais fáceis de execução do que outras, mas devemos todos contribuir para o bem comum, ponde de lado as divergências políticas. Assim, recomendamos ao executivo municipal o seguinte: 1) na área dos transportes a necessidade de ter redobrada a atenção, uma vez que cerca de 80% dos transportes de mercadorias são efetuados por empresas externas ao município de Azambuja, cabendo ao município o papel sensibilizador para a redução das emissões de gases poluentes, visto que as ações de fundo apenas podem ser implementadas pelo Estado Central; 2) do ponto 7, relativo ao transporte público sustentável, utilizar veículos pesados com motorização a hidrogénio, enquanto a tecnologia dos veículos pesados elétricos não amadurece; 3) do plano 20, relativamente à horta comunitária com prática agrícola regenerativas, que não seja somente nas áreas de residência das populações mais desfavorecidas, mas também noutras áreas e espaços do município; 4) existem pontos que devem ser alterados devido à situação atual ser distinta da que deu origem a este documento, como por exemplo, a introdução do empreendimento Aveiras Eco Valey e a retirada da instalação fotovoltaica Quinta da Cerca. É nossa opinião que a assembleia municipal de Azambuja hoje reunida, aprove a proposta 55/P/2022, Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica. Por último, pretendemos que estas sugestões da comissão cheguem ao executivo, através da mesa da assembleia, para que sejam todas tida em consideração.” -----

----- Interveio a Senhora Deputada Marta Diniz do grupo CDU, afirmando que o grupo municipal da CDU reconhece a importância do combate às alterações climáticas. É, também, importante e urgente a valorização dos serviços públicos, nomeadamente, no que diz respeito ao setor dos transportes da proteção civil e de mais instâncias de segurança e de socorro públicas. As tragédias naturais que assistem, são muitas vezes consequências de desinvestimentos consecutivos das forças políticas nos serviços públicos, e não meras coincidências sem responsáveis. As medidas de transição energética apesar de necessárias, não devem representar um aumento dos custos para a população de Azambuja, já fragilizada pelo constante aumento do custo de vida, afinal a ecologia sem consciência

e luta de classes é jardinagem. O combate por um meio ambiente saudável, deve ser o objetivo primordial e não servir para ocultar estratégias políticas que enganem a população de Azambuja. Por essas razões, a CDU aponta que o Roteiro para a Neutralidade Carbónica não concede verdadeiras respostas materiais para os problemas urgentes do concelho. -----

----- O Senhor Deputado Firmino Amendoeira do grupo BE, expôs que iria ler uma declaração do BE face ao documento. “Indo ao encontro do que está preconizado na Lei de Bases do Clima e em vários compromissos internacionais, consideramos que é relevantes que o município de Azambuja esteja a avançar no caminho da neutralidade carbónica. A crise climática que atravessamos é, porventura, a crise dos nossos dias e que determinará muito do futuro do nosso município, na forma de organização da economia, da agricultura, da gestão de resíduos, entre outros. Deste ponto de vista, é de saudar a existência deste roteiro, sendo, no entanto, necessário que este seja um compromisso real e que as metas sejam cumpridas rápida e eficazmente. Azambuja é território variado na sua composição com área mais urbana e área mais agrícola. É fundamental que essas vertentes sejam tidas em conta. Por exemplo, no campo da mobilidade e dos transportes, é importante que a eletrificação esteja bem definida, bem como a criação de circuitos mais curtos e que possam melhor servir as populações. Ainda há uma dependência muito grande do automóvel individual, pelo que a criação de uma rede de transportes adaptada ao território traz vantagens ambientais, mas também sociais e económicas para as famílias. Por outro lado, há duas matérias que para o Bloco de Esquerda são muito relevantes: - Por um lado, a questão do aterro. No âmbito deste roteiro, é necessário perceber qual o grau de compromisso que existe para, de uma vez por todas, resolver o problema; - De igual forma, há o problema das indústrias poluentes na área da pecuária (e não só) cujas denúncias temos feito ao longo dos tempos alertando para a urgência da sua resolução. Estas, devem ser matérias de relevo num roteiro deste género. Este, não pode ser mais um estudo para ficar no papel, como tantos outros. E em nosso entender, para que seja bem-sucedido, tem de ter um alto nível de compromisso, não só da autarquia, mas de todos os partidos e dos vários setores de atividade envolvidos. Mas mesmo todos! Deve ter execução com a rapidez possível, considerando que as alterações climáticas continuam, todos os dias, a provocar problemas graves, que se não forem colmatados já, poderão ter consequências irremediáveis.” -----

----- Interveio o Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do grupo PS, mencionando que a transformação

do modelo económico-social que levará à construção de uma sociedade sustentável é, em Portugal, a maior causa de todas as gerações desde a revolução, que levou à recuperação do regime democrático no país. É uma problemática que incide nas bases dos ideais do socialismo democrático, porque as alterações climáticas são uma questão de igualdade entre povos, liberdade e fraternidade para com a natureza. É também, uma ameaça à justiça social, por um lado, porque sabem que as consequências climáticas, como as catástrofes naturais afetam mais severamente as classes menos favorecidas, por outro lado, porque a transição para um modelo económico menos poluente também impacta de uma forma mais intensa as classes mais desprotegidas. Nestas duas premissas, nascem duas exigências que respetivamente se estabelecem no seguinte, devem ser tomadas da forma mais rápida possível, políticas de adaptação às alterações climáticas que protejam a comunidade das inevitáveis e já visíveis consequências climáticas, mas não se pretende uma transição a qualquer custo e muito menos se aceita que sejam aqueles que menos contribuíram para a crise climática os que mais sofram com as consequências da necessária transição. Para este problema complexo, é crítico garantir uma solução robusta e incentivar os princípios, desde logo a íntima cooperação com a ciência permita chegar a soluções efetivas. Depois, a necessidade de criar um compromisso político alargado, que permita uma estabilidade das políticas municipais de ambiente, de forma a assegurar a continuidade das medidas de mitigação e adaptação. Em terceiro lugar, a ambição das políticas, é crucial que as medidas tenham efeitos tão imediatos quanto possível para mitigar as consequências futuras de uma resposta tardia. Finalmente, enquanto se exigem efeitos imediatos, é crítico que as medidas não respondam apenas ao curto prazo, mas ao longo prazo, assegurando a verdadeira transição para uma sociedade mais sustentável e a qualidade de vida das gerações vindouras. Desde que se reconhece o impacto negativo das atividades humanas sobre o meio ambiente, tem havido um crescimento de consenso científico e político sobre a urgência de atuar perante os problemas que se impõe sobre a crise das alterações climáticas. De acordo com o relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) de 2018, as atividades humanas já terão causado um aumento da temperatura média na atmosfera de cerca de um grau, desde a época pré-industrial. Na mesma linha, de forma a evitar um aumento continuado da temperatura média na terra nas próximas décadas, será necessário atingir a neutralidade carbónica, para garantir que o aumento da temperatura da terra face aos níveis pré-industriais seja inferior a um grau e meio, sob pena de se

atingir o ponto de não retorno, com danos irreversíveis para os ecossistemas que são fundamentais às atividades humanas, tal como o impacto acrescido no aumento da frequência e intensidade de fenómenos climáticos que se terá, como as chuvas, as secas, as tempestades tropicais, incêndios florestais, etc. A este respeito foram identificados como eventos climáticos possíveis de afetar o município de Azambuja, por efeito das alterações climáticas, o aumento da precipitação excessiva, o aumento das secas, o aumento das geadas e o aumento das trovoadas. Reconhecendo os riscos para a humanidade subjacentes a este contexto, é fundamental que se mobilizem enquanto sociedade para o evitar e nesta mobilização social, cumprindo os desígnios científicos, políticos e sociais, inclui-se também o município de Azambuja que entendeu, ter um papel a desempenhar nessa mudança, decidindo iniciar os trabalhos para o desenvolvimento de um Roteiro para a Neutralidade Carbónica em 2020 e sendo um dos primeiros municípios a nível nacional, a ter concluído um roteiro para essa mesma neutralidade carbónica. As medidas previstas no roteiro são particularmente relevantes, tendo em conta que o concelho de Azambuja tem uma das zonas mais relevantes a nível nacional para a área da logística, nomeadamente, na plataforma de Vila Nova da Rainha a Azambuja, onde circulam cerca de dez mil camiões, por este motivo, tendo em conta a relevância e urgência do tema, mas porque considera que o presente documento identifique as ações e projetos corretos a desenvolver a nível de energia dos transportes de resíduos, bem como da agricultura, da florestas e dos outros usos do solo, para tornar o município mais sustentável e competitivo, saúdo a iniciativa do município, que terá obviamente o seu voto favorável. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do grupo CHEGA, informou que a bancada do partido CHEGA irá votar favoravelmente a proposta, no entanto, foi com muita estranheza que não viu a indústria química do concelho esplanada no roteiro. Acredita que se existisse dados da indústria química existente no concelho, os dados sofreriam alterações significativas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Nobre do grupo CDU, referindo que no projeto de roteiro que lhes é apresentado para votação, há algumas reservas que têm e algumas confusões também, misturadas com um certo politicamente correto. Na verdade, não há consenso científico relativamente às alterações climáticas, o que há é um consenso de um órgão político, que tem desenvolvido ao longo dos anos, uma campanha no sentido de transformar o de nome conhecido pelas alterações climáticas, e atualmente estariam com um calor enorme na Terra, que a vida não

seria possível, o que não lhe parece que seja assim. Problemas ambientais existem, e têm alguns no concelho de Azambuja, como por exemplo, na área dos resíduos sólidos, têm um problema delicado em matéria de resíduos sólidos, e isso é um problema ambiental e mexe muito com a vida do dia a dia. Por outro lado, no documento em causa, há várias omissões, por exemplo, em matéria de transportes públicos não se vê nenhuma referência ao caminho de ferra, tendo o concelho uma linha a atravessá-lo, e acha preocupante um estudo ambiental que ignore o caminho de ferro. Depois, têm ainda o problema da política de urbanística, que também mexe com o ambiente. Como é sabido, têm aprovado várias intervenções urbanísticas, por exemplo, na zona industrial Azambuja-Vila Nova da Rainha, que é a mais pojanete, mas todas têm o mesmo problema, que é incrementarem cada vez mais o tráfego rodoviário, porém, não há nenhuma solução quando têm uma linha de caminho de ferro a passar ao lado da mesma. Já por várias vezes, em projetos aprovados na assembleia, foi chamado à atenção para o problema da zona industrial Azambuja-Vila Nova da Rainha, que tem de obrigatoriamente repensar o seu modelo em matéria de transportes e não pode ignorar o caminho de ferro. É certo que o município não tem o poder sobre essa matéria, mas tem de influenciar e exigir, e tem de pedir ao governo central que examine uma solução para essa natureza, porque estarem a falar de carbono e da poluição gerada pelo tráfego automóvel e como é possível evitar isso, se têm andado a dar para esse contributo, estão em contradição. Não percebe como é que vão abdicar de quatrocentos hectares de floresta, por não estar explicado no relatório e devia estar. Referiu que o roteiro é mesmo um roteiro, que a conclusão que vai trazer é mais despesa para o município. As coisas têm de ser ponderadas, as opções que vão ter no futuro, porque há realmente problemas ambientais que têm de ser enquadrados e que custam dinheiro a resolver. Também há o problema do abastecimento de água, que não está abordado no roteiro, que não é propriamente barato para os munícipes, mas se calhar não caberia na política de roteiro, caberia noutra rubrica, mas são este tipo de problemas que não estão abordados e alguns que estão omitidos que deviam estar para compreender, de qualquer das formas, disse não ter nada contra que se aprove o roteiro. Recomendou que não oiçam só os empreendedores ou empresários, e que oiçam também os trabalhadores, porque na zona industrial trabalham lá muitos milhares de trabalhadores e têm uma palavra a dizer sobre o problema, porque podem ser e são afetados. Tem sucedido no país tomadas de decisões por entidades que têm prejudicado diretamente os trabalhadores, e se calhar algumas



das consequências ou justificações apresentadas, não mereciam obviamente tomadas essas decisões. Recordou um exemplo crasso, que criaram graves problemas para o país, que foi a filaria da PETROGAL em Matosinhos e a Central de Carvão em Sines. Duas infraestruturas que contribuía e eram importantes para o país, e que atualmente não têm, têm de ir buscar ao alto mar o gásóleo de vácuo para poderem ter gásóleo no mercado português, quando tinham a produção em Portugal. É nesse tipo de documento que as coisas têm de ser bem ponderadas, e na sua opinião não está devidamente fundamentado nem justificado determinado tipo de opções, mas de qualquer das formas não é por isso que vai inviabilizá-lo. -----

----- O Senhor Deputado José Navarro do grupo PSD, disse que iria, de forma muito sintética, repôr as objeções que não foram respondidas no dia vinte e dois. A primeira é quase ironia, 77% do carbono do concelho é dos transportes, e como o plano para 2050 é para a Europa toda, ele será resolvido com a VOLKSWAGEN, com a RENAULT, com a FIAT, porque os transportes em 2050 também têm de estar descarbonizados. Um plano a vinte e oito anos é irrealista, só em vinte e dois apareceu um plano por causa do drama dos combustíveis, o *Repower*, depois o *European Union* no dia dezoito de março que tem uma série de financiamentos para a reindustrialização da Europa, no dia dezoito de dezembro foi aprovado o *Fit Four FiftyFive* que é uma remodelação do plano ETS, e já se fala de uma ETS2. Estão sempre a acontecer oportunidades, e como é evidente, um plano a vinte e oito anos é uma coisa que não pode funcionar. Por último, o plano é só custo, vai-se despejar uma data de dinheiro para ficarem mais pobres, não há um investimento que diga que vai criar rendimento no futuro. Fala-se em sustentabilidade e é um custo suportado ou por capital externo europeu, ou por capital do estado, portanto, é um derrame de capital que não cria valor. Acha importante a descarbonização, mas deve ser acompanhada pela ciência de investimento, que traga rentabilidade para todos. -----

----- Discutida a proposta, foi a mesma colocada a votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 0 | Abstenção: 5 (4 CDU e 1 PSD) | Favor: 23 (12 PS, 7 PSD, 1 CDU, 2 CH e 1 BE) -----

----- A proposta foi aprovada. -----

VII – APROVAÇÃO DA MINUTA -----

----- Aprovada por unanimidade. -----



VIII – ENCERRAMENTO -----

----- Eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, quando a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- <https://www.youtube.com/watch?v=B101oShz6W4> -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja,

Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

Primeiro Secretário,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

Segunda-Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo